

# BARBACENA, A GRANDE FIGURA DO IMPÉRIO

Ten. Cel. LIMA FIGUEIRÉDO

“Um dos tios-avós de V. M. I. acabou os seus dias em uma prisão em Cintra. V. M. I. poderá acabar os seus dias em uma prisão em Minas, a título de doido: — e, realmente, só um doido sacrifica os interesses de uma nação, de uma família e da realza em geral, aos caprichos e às seduções de criados”.

Foi assim que Barbacena respondeu ao volúvel e ingrato D. Pedro I, ao ter conhecimento do decreto de 30 de setembro de 1830, publicado na “Gazeta Oficial”:

“Convindo liquidar-se quanto antes a dívida de Portugal contraída pelo tratado de 29 de agosto de 1825; e sendo necessário, para esse fim, tomarem-se primeiramente as contas da caixa de Londres examinando-se as grandes despesas feitas pelo marquês de Barbacena, do meu conselho de Estado, tanto com sua Magestade Fidelíssima, minha augusta filha, como com os emigrados portugueses em Inglaterra, e especialmente com meu casamento; e não podendo estas verificarem-se legalmente, exercendo ao mesmo tempo o mencionado marquês o lugar de ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda: Hei por bem demití-lo do dito cargo de ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda”.

Com todo o ouro que tinha não pagaria D. Pedro I a soma de favores de que era devedor ao marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes, marquês de Barbacena. Foi o imperante um mau e um ingrato, quando, dando ouvidos as perfídias e intrigas do



seu "valet de chambre", um tal de Chalaça, passou a desfeitear seus melhores e mais leais amigos e a praticar ações que, cada vez mais, o incompatibilizavam com o povo brasileiro.

Em 1821, ainda no seu início, já sentira Caldeira Brant que a idéia de liberdade se achava amadurecida no sentimento de todos que viam em Portugal uma pátria com interesses diferentes e mesmo antagonicos aos da nossa. Notou, na Baía, onde desempenhava uma missão ao mesmo tempo militar e política que sobre ele iriam convergir ódios em virtude do seu ideal separatista, difficil de ser dissimulado aos que com ele trabalhavam diuturnamente. Sem demora solicitou uma licença e partiu para Londres — campo vasto e seguro para suas maquinações em prol da independência brasileira.

Homem inteligente, culto, fino e com a bolsa recheada, facil lhe foi conquistar amigos de prestígio que algo por ele e pela sua causa pudessem obrar. E assim foi, pois conseguiu a amizade de George Canning que orientava o govêrno britânico, traçando ao país uma orientação nimiamente economista.

Assim que soube dos acontecimentos que se processavam no Brasil pôs-se em ligação com José Bonifacio que, incontinenti, lhe enviou poderes de encarregado de negócios na Inglaterra. Vinha tudo a calhar, se bem que Brant apenas contasse com seus próprios recursos financeiros e com o crédito que desfrutava nos meios londrinos.

Preparou ambiente para a organização de um grupo de officiais de marinha\* ingleses que vieram servir à nossa pátria e indicou o nome do almirante Cochrane que, descontente no Chile, veio sem demora prestar seus serviços valiosos nas lutas ainda travadas contra a gente da metrópole. Tinha Caldeira Brant certa predileção pela marinha, porquanto ao sair do Brasil ainda menino cursou a Academia Naval, fazendo jus, com 19 anos de idade, ao posto de capitão de mar e guerra. Falecia ao novel capitão uma coisa essencial — experiência, e por isso não lhe foi dado um comando, fato que muito o aborreceu, levando-o a solicitar transferência, no posto de major, para o Exército. Indo servir em Angola no estado-maior do governador, valeu-se





Marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes  
MARQUÊS DE BARBACENA



dos seus conhecimentos náuticos para enfrentar os corsários que infestavam os mares daquela região.

A situação de Barbacena junto à corte inglesa não era muito firme, porque ele representava o reino do Brasil unido ao de Portugal e, portanto, não podia trabalhar em proveito duma parte do reino-unido em detrimento da outra. A 7 de setembro de 1822 o documento que o credenciava, tornou-se caduco e o Brasil sem voz ativa junto ao gabinete de St. James. O utilitarismo inglês que não deixa passar a mais insignificante oportunidade, salvou tudo. E a propósito diz Pandiá Calogeras: “Se, na vigência da união Portugal-Brasil, era duvidosa e lagalidade dos poderes conferidos na carta de crença enviada do Rio de Janeiro, a proclamação do Império só conferiria representação internacional, após seus reconhecimentos na “societas gentium”.

“O assunto, contudo, era grave demais para que dele se desinteressasse o gabinete de St. James. O movimento independentista americano tinha as simpatias britânicas obedientes aos interesses das classes produtoras do Reino-Unido. De fato, o sistema colonial ibérico fundava-se no monopólio comercial das metrópoles com seus territórios ultramarinos. As lutas contra Napoleão e seus aliados haviam permitido, nos oceanos, o triunfo do mote “Rule Britannia, rule the waves”; e, assim, a Espanha, sob o guante de Bonaparte, vira estancar-se o comércio com a América, com grandes proveitos para o reino insular que conquistara esses novos mercados, proporcionando-lhe lucros de grandes vultos.

“As condições com o Brasil eram outras: Portugal era o mais velho aliado da Inglaterra; juntos haviam lutado contra o Corso; agora esse companheiro de batalhas mundiais via esfacelar-se seu domínio colonial. Como agir? O comércio inglês, a indústria insular, a City desde o primeiro momento, abraçaram a causa do novo Império; cuidavam de vantagens próprias, já com a experiência provada das emancipações hispano-americanas”.



Brant sondou o ambiente e com o resultado das perfeitas observações que fizera, partiu para o Brasil, demorando-se pouco tempo na Baía, para poder apresentar à Assembléia Constituinte no Rio de Janeiro, a 11 de outubro de 1823, seu diploma de deputado por aquela província.

Na Europa, a luta continuava entre Viena e Londres. D. Pedro I, apesar de genro de Francisco I, tinha Metternich contra si, o qual apoiava a D. Miguel, o "enfant-gaté" da virago Carlota Joaquina, mãe de ambos. A questão se complicava dia a dia, sem vislumbres de um momento para outro, ser propiciada uma boa oportunidade para sua cabal solução. Foi, então, resolvido a volta de Caldeira Brandt a Londres em abril de 1824.

Assumindo seu posto não descansou um minuto, porque não mangrassem os pontos de vista do Império. De tal modo se houve que foi agraciado por sua S. A. I. com o título de Visconde de Barbacena com grandeza, e nomeado embaixador em Lisboa para cumprimentar D. João VI pelos êxitos das negociações.

Previendo grandes dissabores no desempenho das novas funções, pôde delas furtar-se, por ter sido nomeado ministro da Fazenda em novembro de 1825.

Acabara D. Pedro I de chegar da Baía, quando soube do falecimento do seu genitor, o qual iria dar novas lutas na sucessão do rei em Portugal.

Após várias soluções que se não chegaram a concretizar, resolveu o imperador abdicar a coroa lusitana em favor de sua filha Dona Maria da Glória, que desposaria o tio, o infante D. Miguel.

Cada dia que se passava era um obstáculo que se levantava na vida da jovem nação. Agora, D. Pedro ficara viuvo e, com menos de trinta anos, provocava escândalos amorosos que se tornaram célebres, pondo à larga seus instintos sexuais sempre intensos.

Na Europa seu nome não era bem aceito, porquanto Metternich encargara-se de difundir em todas as cortes as ações deshumanas e mesmo selvagens que ele praticara com D. Leopoldi-



na, chegando mesmo a, no cais, certa vez, dar-lhe forte pontapé na barriga... Qual princesa desejaria tal esposo?

Sem resultado, várias personalidades andaram na Europa escolhendo a vítima propiciatória, até que Barbacena recebe carta branca para tratar do caso, em 18 de agosto de 1827.

Dizia com efeito, o marquês de Queluz que a re-digira: "E porque a escolha de V. Ex. cuja presença no Exército era da maior importância nesta ocasião, foi motivada tanto na confiança e estima que V. Ex. soube inspirar aos gabinetes da Áustria e Grã-Bretanha durante as difíceis negociações de 1824 e 1825, como mui principalmente nas provas que V. Ex. tem dado de consumada dextridade e ardente zelo em tudo que diz respeito ao serviço e pessoa de S. M. I., estou autorizado pelo mesmo augusto senhor para declarar a V. Ex. que, achando dificuldade na execução literal de qualquer dos artigos destas instruções, poderá V. Ex. providenciar como entender, uma vez que precucha o grande fim de obter o transporte de sua majestade a imperatriz com a maior brevidade possível..." Ia, mais uma vez deixar o quartel pelos salões, no desempenho de funções antagônicas, oriundas da sua dupla personalidade de diplomata e soldado.

Em 1827 vivera Barbacena uma vida agitada na campanha sulina, travando, a 20 de fevereiro, no passo do Rosário ou Itazaingó, a memorável batalha de que resultou a independência da República do Uruguai, não permitindo que ela ficasse agregada às Províncias Unidas, como era do desejo da gente de Buenos Aires.

Barbacena, o "dandy" dos salões, o homem que sabia receber, habil em organizar "parties", revelou alma de soldado, deixando que brilhasse o mesmo espírito militar que o impulsionou em Angola e a mesma vontade de vencer que o ajudou a jugular um motim na Baía.

Em inferioridade numérica enfrentou o adversário, empenhando-se em uma luta sangrenta e, se não pôde perseguir o inimigo obtendo esplendorosa vitória, não foi também perseguido,



quando sentiu que na manobra em retirada estava a solução tática do momento.

Iria, agora para a Europa, com a difícil missão de conseguir uma segunda esposa para o ardoroso amante da marquesa de Santos.

Alem dessa missão quasi familiar, fora Barbacena incumbido de contratar funcionários de Fazenda, em Paris, para executarem os serviço de contabilidade no Brasil.

O caso da coroa de Portugal estava dando panos para as mangas. Os Habsburgos que de início concordavam com o casamento de D. Maria da Glória com D. Miguel, passavam a tomar atitudes estranhas. Pelas oito recusas dadas a Brant, viu ele que o segundo consórcio do imperador não era do agrado daquela corte. Viam o príncipe de sangue austríaco, o futuro D. Pedro II, ser preterido por um outro varão — fruto das segundas núpcias do trêfego D. Pedro I.

Barbacena fingiu desinteressar-se pelo problema do casamento do seu imperador e assentara a ida de D. Maria da Glória à Europa em 1828. Nessa ocasião, a abdicação seria feita por parte de D. Pedro I e as duas nações se quedariam separadas definitivamente. Quando se preparava para partir para o Rio, soube que D. Miguel traira o seu irmão mais velho e apressou, então, sua viagem.

A 16 de maio daquele ano aportava o marquês à capital do Brasil, e a 5 de julho seguinte já viajava para a Europa levando Dona Maria da Glória que iria educar-se junto dos avós em Viena.

D. Miguel usurpara o trono, e a posse da rainha era o único argumento que permitiria a D. Pedro I rehavê-lo.

A “souplesse” era qualidade que não faltava a Barbacena; viu logo que levar a rainha a Viena era fazer o jogo do inimigo. E por isso conduziu-a para Londres, onde foi magnificamente recebida pela família reinante. Mandara Francisco I luzidias carruagens para receber a neta em Gênova; e, quando soube da 1829, o marechal de campo Felisberto Caldeira Brant Pontes, mudança de itinerário, ficou desapontadissimo. Pelos meios di-



plomáticos empenhou-se a fundo para levar D. Maria da Glória, sem contudo nada obter, mercê da ação vigilante de Caldeira Brant que, por delegação de D. Pedro, a defendia como pai e tutor.

Estava a rainha no seguro sob a proteção do rei e da população londrina. Todavia, Wellington e seu ministério sentiam-se com disposição de atender aos rogos de Viena. E Rotteschild, diz Calogeras, de uma feita quasi promove a falência do Brasil afim de enfraquecer a causa régia, a pretexto da demora no pagamento dos juros da dívida do Império.

Quando todos os elementos adversos estavam voltados para a questão da rainha de Portugal, Barbacena mangrou-lhes a vigilância tratando de outro assunto que D. Pedro considerava primordial — seu casamento. À sorrelfa conseguiu assentimento da família de Eugenio de Bauharnais para casar o nosso imperador com a princesa Amelia de Leuchtenberg. E a 2 de agosto de representava o imperador do Brasil no seu consórcio com D. Amelia, em Munich.

Após tantos lances de novela estavam a salvos, a bordo da "Imperatriz", a rainha de Portugal e a segunda imperatriz brasileira. E com elas viajava Barbacena, vitoriosamente, em rumo da pátria.

Foi a esse homem que agiu sempre consoante a legenda "what by force, what by craft", mostrando-se sempre lealissimo ao seu senhor e amigo que D. Pedro I, sem a menor semcerimônia, afastava da pasta da Fazenda, quasi taxando-o, publicamente, de ladrão. A ingratitude é a paga que, geralmente, recebem todos aqueles que são "homens de um só parecer, de um só rosto e de uma só fé". Não se envergam às contingências do momento e, às vezes, como sucedeu a Barbacena, por uma simples intriga de um laçao de casaca, são jogados na rua da amargura.

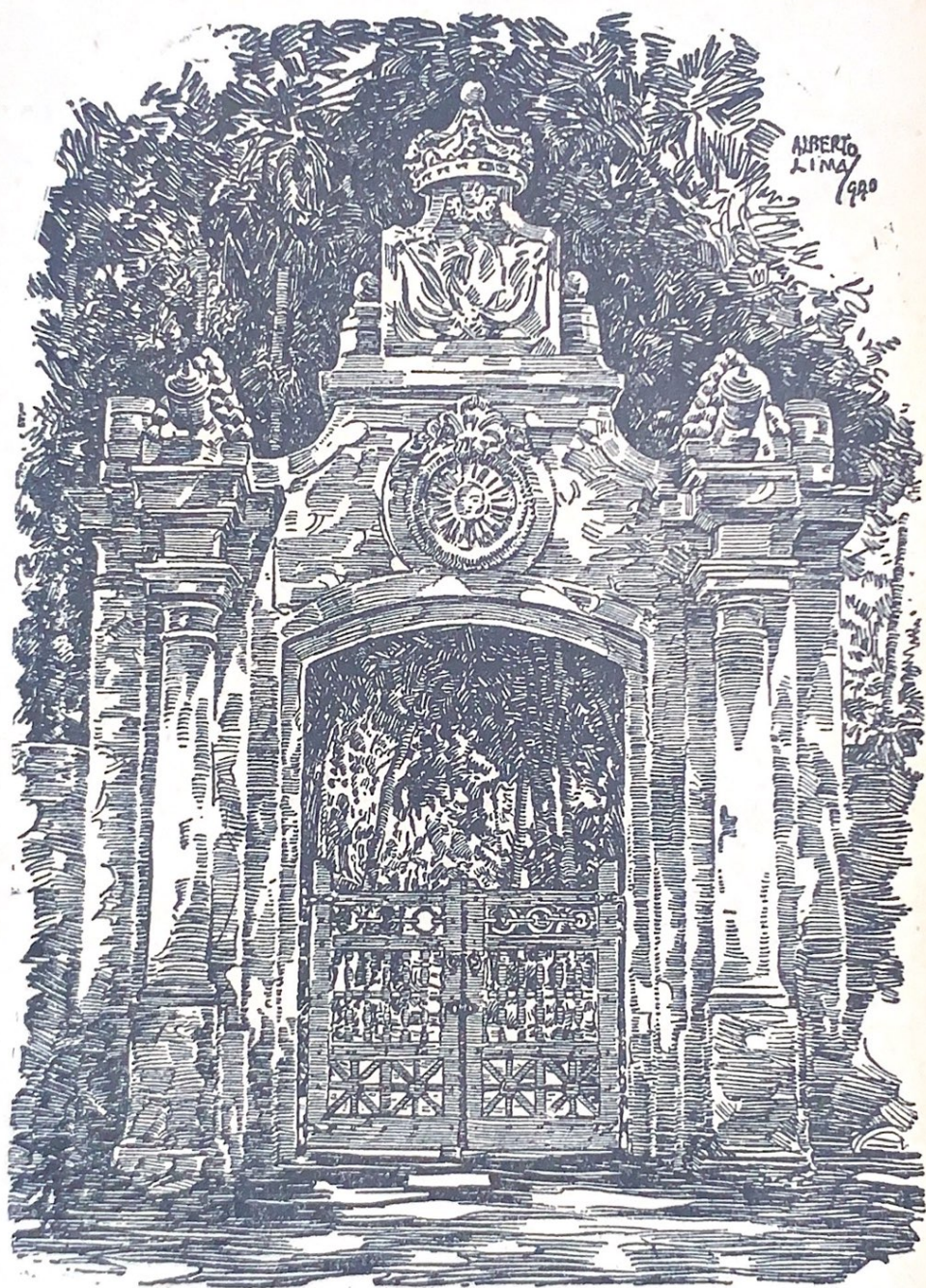
Nada como o tempo para fazer justiça aos bons, aos que, pensando na pátria, preferem quebrar a torcer, trilhando sempre e sempre o caminho da honra e do dever.

O marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes, marquês de Barbacena, está no coração de todos os brasileiros, glorificado e



altaneiro. E a 13 de junho expirante recebeu do Exército que honrou, as homenagens que mereceu pelo transcurso do primeiro centenário da sua morte. Festejando o dia em que deixou de existir, lourificamos todas as belas ações que praticou em quasi setenta anos de existência.





O velho portão da Fábrica de Pólvora da Lagôa Rodrigo de Freitas,  
no Jardim Botânico